Política financeira

Reparações, créditos e empréstimos

Quando foi dito que o homem não vive só de pão, ficou ainda implícito que êste é necessário como a palavra que vem da verdade e conduz ao bem. Não expliquem demasiado pelos desvarios trágicos dos sistemas e escolas as desordens em que anda o mundo: aquelas em que vemos Portugal. A ruína dos orçamentos, dos tesouros públicos, dos capitais, das produções e dos rendimentos efectivos tem aí uma responsabilidade agora maior, que exige soluções imediatas. Suponham que era possível trocar tudo isso já pelo equilíbrio e pela prosperidade. Então, a causa das revoluções constantes ou extremas estaria perdida. A da harmonia suficiente dos povos estaria ganha, por algum tempo. Assim vemos que o problema das reparações germânicas e o das liquidações das dívidas inter-aliadas hoje dominam a política do Universo. As finanças e a economia das nações padecem de fatalidades que, vindo de tão altos pontos, as arrastam para abismos da matéria e do espírito.

Os nossos governantes cantaram hinos de esperança gloriosa quando os Aliados fixaram definitivamente em 132 biliões de marcos ouro a obrigação geral das reparações alemãs. O nosso quinhão de 0,75 %, arbitrado antes em Spa, chegaria a 990 milhões de marcos ouro. Teriamos, portanto, cerca de 222.750 contos ao par. O actual presidente do ministério e o sr. Domingos Pereira, então ministro dos estrangeiros, acreditavam que estava aí a base decisiva da nossa reorganização financeira e económica. Assim o diziam logo em entrevistas jubilosas do *Diário de Notícias*, reflectindo a fé que vinha de Paris e inflamava todos os partidos dirigentes. Portugal faria a mobilização do seu crédito, em grande parte, para apressar a sua restauração. O resto viria em máquinas, materiais e produtos químicos, para o mesmo fim. Apenas seria preciso — dizia-se — que houvesse bom senso e patriotismo. E nem mesmo isso houve, práticamente, quando nada daquilo vinha!

Tais óptimistas estavam bem convencidos do que diziam. Mas que fez o tempo, dando mais uma lição forte? A Alemanha apenas pagou um bilião de marcos em 1921 aos Aliados. Isso mesmo foi absorvido pelos créditos privilegiados da Inglaterra, da França e da Bélgica. Os próprios Estados Unidos, talvez para efeitos eleitorais, pediram daí o reembolso das suas despesas de ocupação. Portugal ficou de todos os modos com as mãos vasias.

Depois o que veiu? O reconhecimento de que seria impossível o *Reich* entregar em 1922 a anuidade de dois biliões de marcos ouro e os 26 % do valor das suas exportações, calculados em 1.100 milhões de marcos. Depois do acôrdo de Wiesbaden; depois do entendimento anglo-franco de Londres; depois da conferência de Cannes; depois das propostas do Govêrno de Berlim; a Comissão das Reparações veiu limitar, por moratória, a obrigação do *Reich* no ano corrente. Os pagamentos em espécie ficariam então reduzidos a 720 milhões de marcos ouro, em prestações mensais, que serão engulidas pelos créditos privilegiados, entre os quais não temos nenhuns. Afóra isso, apenas virão mercadorias no valor de 1450 milhões de marcos ouro. Daí serão 950 para a França e 500 para os outros Aliados. Quanto caberá nisso a Portugal? Certamente um infinitéssimo daquilo que é indispensável para a sua restauração. Quando virá para nós uma parte apreciável daquilo que nos foi consignado? Quando nos chegará uma anuidade capaz dêste nome? As próprias nações privilegiadas teem graves apreensões a respeito do futuro dos seus direitos, por maiores que sejam as pressões a que se disponham.

Mobilizarmos o nosso crédito sôbre a Alemanha? Isto apenas seria possível, sem abandono do principal, numa operação comum de todos os Aliados. Mas como se pode esperar da Alemanha e do mundo as garantias para a satisfação dos encargos do empréstimo colossal, se êste fôsse possível?...

O problema é tão delicado que nem mesmo é já posto com a amplitude que antes revestia. Vejam por onde o espírito de sir Robert Horne singrou na última conferência dos ministros de finanças dos Aliados! O total do crédito das reparações germânicas seria dividido em duas partes. Uma, igual à importância das dívidas entre os Aliados, serviria para base da liquidação destas. A outra, de 70 a 80 biliões de marcos ouro, seria objecto de um esfôrço de mobilização, por meio de empréstimos internacionais. O producto seria entregue à Comissão das Reparações. Esta o distribuiria pelos Aliados, nas proporções estabelecidas em Spa.

Certamente seria essa uma fórma razoável e humana de resolver os dois problemas financeiros que dominam a situação universal. Mas, infelizmente, são muito grandes as dificuldades que surgem neste caminho.

Primeiramente, é de recear que as liquidações entre Aliados sejam impossíveis se o maior dos crédores, o govêrno dos Estados Unidos, não perdoar, no todo ou em grande parte, os dez biliões de dollars que lhe deve a Europa. Êle está ainda muito longe dessa disposição cancelatória. Talvez só chegue lá pela violência das circunstâncias mundiais.

Ainda seria mais dificil mobilizar o restante crédito de 70 ou 80 biliões de marcos. E não apenas por serem limitadas as seguranças do pagamento das anuidades germânicas. Rialmente haveria disponibilidades para a subscrição de tais empréstimos, sem maiores desorganizações económicas? O professor Cassel acaba de sustentar o contrário, com vigor. Lembra que antes da guerra, nos paizes ocidentais da Europa, se capitalizavam uns 20 % do rendimento nacional. Dá como certo, e é bem crível, que êste perdeu, depois, mais de 20 %, não havendo, portanto, excesso mas falta. Mas qual é o ponto de partida em qualquer projecto de aplicação de fundos à reconstrução da Europa? É o restabelecimento de condições que tornem possível a acumulação da riqueza pela economia. Fixando aí os olhos, Cassel não vê recursos remanescentes e livres para a gigan-

SIhi

esca operação. Que optimismo destruiria tais realidades? O remédio da Europa arruinada estará decerto muito mais no trabalho, embora com os auxílios possíveis, do que no dinheiro das reparações alemãs.

Caíram assim em Portugal as maiores ilusões político-financeiras de 1921. Que ficou ainda? A antiga e fixa idea de tentar, de outros modos, créditos e empréstimos externos, fóra dos termos econòmicamente possíveis ou aceitáveis. O fim era garantir com êles o prolongamento de situações graves que os partidos não podem remediar.

Quando recentemente nos referimos ao crédito de £ 3.000.000, aberto pelo *Export Credit Department*, começava êle a ser apenas conhecido. Que mais se vê no contracto publicado?

As mercadorias sómente podem ser adquiridas na Inglaterra. Para se efectuarem os reembôlsos nos cinco anos será entregue em cada mês um sexagésimo do total pela Agência Financial do Rio de Janeiro. Não é por êste lado que há lugar para objecções. Salvo o caso de ser a conta absorvida por um empréstimo a largo praso, não a podemos saldar sem a compra de libras. Ou esta se faça no Rio, ou em Portugal, ou nos dois pontos, como virá a suceder, o efeito no mercado do ouro é sempre essencialmente o mesmo.

Duas são as condições que reputaríamos também necessárias. Primeiramente seria preciso que o próprio contracto, ao contrário do que se inculca, não fôsse oneroso nas comissões bancárias arbitradas, que são de 2 1/2 % ao ano. E sê-lo há também nos fornecimentos comerciais? Depois, seria mister que o uso dêste crédito modesto, como o de qualquer empréstimo que venha a ser feito, fôsse conjugado com a regeneração orçamental e o aumento do trabalho económico, especialmente o da terra, onde êstá a salvação. Infelizmente os partidos, todos experimentados no poder desde o comêço da paz, vêem mostrando que apenas podem práticamente desenvolver a desorganização nacional, com desequilíbrio cada vez maior entre o consumo e a produção. Assim, os recursos que êles obtenham lá fóra servem para complicar o problema português. Êste será muito mais difícil de resolver nos anos seguintes.

Não é, todavia, por meio de créditos liquidáveis em meia duzia de anos, ainda os mais bem contratados, que podemos saír do abismo onde nos lançou a guerra. Perdida talvez metade da nossa antiga riqueza, reduzido talvez a menos de dois terços o rendimento nacional, deprimido até cêrca de oito centavos o valor do escudo, o nosso esfôrço de restauração tem de ser enorme. Exigirá imensos recursos que levantem ràpidamente a nossa moeda à situação em que se acha o franco e multipliquem o trabalho, com barateamento imediato e progressivo da vida. De outro modo nem deixarão de ser cada vez piores as nossas condições, nem os países estranhos podem contar com mercados para os seus produtos em Portugal.

É inconciliável com tais objectivos o pagamento impossível da nossa divida de £ 18.500.000 ao govêrno inglês. Êste, segundo a *Havas*, acaba de notificar aos Aliados que desde Outubro de 1922 se verá obrigado a exigir os juros dos seus créditos de guerra, uma vez que os Estados Unidos lhe fazem análoga exigência. Isso representaria para nós um encargo, presentemente esmagador, de mais cêrca de um milhão de libras, ou meia centena de milhar de contos. Sem as reparações alemãs, pagas com regularidade, a França, Portugal, a Bélgica e talvez a Itália não podem satisfazer os seus débitos à Inglaterra, nem os juros dêles. O mesmo se deve pensar dos que existem para com os Estados Unidos. Querer tornar efectivas estas obrigações, não é forçar os devedores a ter mais rigor como crédores da Alemanha? E, todavia, a opinião pública da Inglaterra e dos Estados-Unidos reclama que êles sejam brandos e até façam perdões! A nota da Inglaterra não significará que esta quere indirectamente exercer pressão forte sôbre os Estados Unidos para uma remissão geral? O drama, no entretanto, como sempre acontece, vai-se enredando, até chegar ao seu ainda insondável remate.

A grande ruína em que nos pôs a guerra não estabelece para nós apenas uma tal situação. Para os mencionados fins e esforços de reorganização precisámos ainda realmente de um grande empréstimo externo, afóra os que temos de emitir cá dentro. Nisto nos achamos de acôrdo, até certo ponto, com os políticos dominantes. Mas só com êrros e ilusões veem pensando nisso, ou podem nisso pensar ainda os partidos, de que hoje é órgão êste Govêrno.

Não se empreenda fazer uma larga operação dessa natureza consignando à satisfação dos encargos estas ou aquelas receitas do actual orçamento. Reparem no desequilíbrio dêste, que vai já realmente muito além de 400.000 contos! Para onde iria êle, com mais alguns milhares de contos de juros e amortizações em ouro? Ainda que melhorasse muito o câmbio — e seria impossível com os fatalismos destas administrações — cresceriam sempre as *despesas fundamentais do Estado*, sem terem aumentado os rendimentos correspondentes. Nem o problema se pode resolver com a pretendida actualização de impostos. Ela é irrealizável, no sentido ministerial, porque a matéria colectável da nação está reduzida a meio, ou talvez a menos. Se a fizessem como desejam, sem o grande golpe nos gastos públicos — sistema dos partidos — o que sucederia? Teriam de repeti-la a cada momento, com ruína e desordem crescente do Estado. Os ágios e as subvenções engrossariam cada vez mais como até agora, impondo aquela conseqüência.

Um grande empréstimo exterior, bem empreendido por uma governação reformadora, não é impossível. Mas apenas seria aceitável se fossem criadas receitas em ouro que chegassem para o serviço dos seus encargos, sem agravamento da situação económica. Antes de tudo, o monopólio dos tabacos pode ser objecto de uma transformação para aquele fim. É o lugar onde melhor se pode obter uma verba que valha em breve uns dois milhões de libras esterlinas. Isto seria quási bastante para a anuidade da nova dívida, liquidada logo a que se estende com a mesma consignação até 1926. Não chegariam os rendimentos dêsse exclusivo para toda ela e para a margem de segurança, principalmente enquanto os ágios andassem altos? Uma governação inteligente encontrará as que sejam ainda necessárias por deveres de salvação pública. Ela organizaria com indústrias ou fornecimentos adequados as *régies* convenientes, dando-se compensações noutra parte aos consumidores.

Um tal empréstimo, por isso mesmo, não pode ser para os partidos continuarem as desordens financeiras e económicas. Nem sequer pode ser para o pagamento de dívidas flutuantes ou para fomentos e obras públicas! Isso não diminuiria muito os ágios e a carestia da vida, alvo da administração que é indispensável onde aqueles são de mais de 1000 % e o custo desta é quinze vezes maior que em 1914. Os novos capitais, que não poderiam para cá vir enquanto lá fóra não estivesse restabelecido o regime de ouro, só poderiam ter dois fins harmónicos. Um dêles seria o fortalecimento das reservas do Banco emissor, pràticamente do Estado. Elas tanto podem estar no país, como no estrangeiro. O Banco de França é disso um exemplo. O outro seria a constituição de recursos, que juntamente com mais alguns

SIhi

da mesma natureza, atingíveis cá dentro, servissem para dotação especial de uma repartição de câmbios no Banco de Portugal, ou fóra dêle. Esta forneceria, com as devidas cautelas, saques sôbre o estrangeiro, para as necessidades económicas. Não há outra maneira eficaz de trazer a libra para nove escudos, e depois ainda para menos, senão com vendas transitórias de ouro pelo Estado, em conjugação com tudo o mais que deve ser feito pelo Govêrno reorganizador.

Que está diante do actual, pelos determinismos partidários e parlamentares? A conservação de todas as engrenagens e movimentos de perdição e de ruína. O agravamento inútil e funesto das contribuições comuns, como até agora. O abandono dos consumidores à sorte da especulação e à reincidência do imposto. Mais diminuições da produção, pelo adiamento da reforma agrícola e agrária, pela decadência do trabalho, pelo empobrecimento dos compradores. O alargamento da circulação fiduciária em mais 240.000 contos para o Estado, em mais 40.000 ou 50.000 contos para o comércio redundante, indo o total ao milhão de contos. O aumento dos ágios, das subvenções e dos salários. O encarecimento maior da vida. O crescimento da dívida pública, por necessidades ruinosas, em centenas de milhares de contos até 31 de Dezembro, data em que ela passará de dois milhões de contos. A impossibilidade absoluta de ser outra a nossa administração, outro o nosso destino, com tais situações políticas e governativas. Exactamente o mesmo que sucedeu desde o fim da guerra, por mais optimismos e ilusões que andassem por vezes na atmosfera! E os desespêros, as desordens, as revoluções, que são filhos do sistema?

O lance impõe uma governação realmente excepcional. Desde o comêço de 1919 o que se tem experimentado? Tudo o que se julgou melhor e foi pior. Tudo o que era possível com fôrças constitucionais organizadas. Umas vezes se fez declaradamente a concentração, que é a barafunda governativa de todos os partidos. Outras vezes apareceu no alto apenas um deles, que de facto vivia com o apoio dos restantes. São êles todos que vêem oficiando no poder, agora de um modo, logo de outro, com repetição de formas. De novo se diz neste momento que todos se devem representar num ministério de restauração nacional. Como de queda em queda as ilusões dos homens vão sendo as mesmas! A realidade é o afundamento dêles todos, neste naufrágio do país.

Depois do *ultimatum* de 1890; depois da revolução de Janeiro de 1891; no meio da crise económica e financeira que por causas internas e externas se desencadeava em Portugal — imensamente inferior à de hoje — os progressistas e os regeneradores viram claramente a necessidade e a ela se curvaram a tempo. Reconheceram que era chegada a hora de se dar um corte fundo nas despesas do Estado e das corporações administrativas. Compreenderam que êles mesmos não o poderiam fazer, pela fôrça das suas relações e interesses. Entregaram a obra à ditadura de José Dias Ferreira. Ela não foi completa, por várias circunstâncias. Faltou-lhe o sábio esfôrço de reorganização económica. Mas o saneamento orçamental foi atingido, e era o mais difícil no primeiro momento. Assim houvessem deixado seguir até o fim a grande emprêsa!

A quantas reflexões decisivas se presta êsse notável exemplo de ontem? Possa êle inspirar também, antes de maiores catástrofes, as resoluções análogas, que a salvação da Pátria exige!

QUIRINO DE JESUS.